

“93% das empresas defendem a criação de benefícios fiscais para apoiar a transição energética”, indica estudo

18 de Maio, 2021

A grande maioria das empresas nacionais – 93% – identificam a necessidade de benefícios fiscais que apoiem as organizações na transição energética. Apesar desta lacuna, mais de metade das empresas – 54% – revela um forte interesse na realização de investimentos para aumentar a eficiência energética até 2026, sendo a sustentabilidade e a redução de custos os principais motivos apontados. Esta conclusão resulta de um inquérito feito pela FI Group, em parceria com a consultora de comunicação e assuntos públicos LLYC, ao tecido empresarial português com o objetivo de perceber a importância dada à eficiência energética e sustentabilidade ambiental nos edifícios e compreender as “Metas de Eficiência” das empresas nacionais.

Entre as empresas que pretendem investir, verifica-se que “o maior número de projetos são até 250 mil euros”, com enfoque, por ordem de relevância, nas áreas de “Fontes de Energia Renovável”, “Edifícios”, Climatização e o “Processo Produtivo”. Nos projetos com “investimentos entre 250 e 750 mil euros”, a área mais relevante é a do “Processo Produtivo”, seguida de “Fontes de Energia Renovável”, “Edifícios” e “Climatização”. Nos projetos que exigem “investimentos mais elevados, entre 750 mil euros e 1,5 milhões de euros”, as tipologias “Edifícios” e “Processo Produtivo” têm o maior peso, revela o inquérito partilhado pela empresa.

Para o diretor-geral da FI Group, Paulo Reis, “este levantamento demonstra que a questão da eficiência energética é cada vez mais um aspeto estratégico a ter conta pelas empresas, reconhecendo-se a importância que assume, a longo prazo, para as organizações. Perspetiva-se, neste contexto, um aumento na procura de incentivos por parte das médias empresas, pequenas empresas, microempresas e grandes empresas. Acreditamos que as políticas públicas devem colocar as empresas no centro da recuperação da economia com vista ao aumento da produtividade, competitividade e a resiliência do tecido empresarial.”

Ao mesmo tempo que se regista este interesse, “88,4% do universo inquirido afirma não ter beneficiado de qualquer apoio comunitário à eficiência energética”, indica o estudo.

Entre as empresas que participaram neste inquérito, destacam-se as indústrias transformadoras (44,2%), atividades de consultoria científica e técnica (12,3%), atividades de informação e comunicação (6,5%), entre outros.

Das empresas que beneficiaram de algum tipo de apoio comunitário no âmbito da eficiência energética, destaque para as que obtiveram apoio a fundo perdido (8,0%), empréstimo sem juros (2,2%), financiamento bancário (1,4%).

Entre as medidas que no entender das empresas inquiridas deviam ser

desenvolvidas para promover a eficiência energética de instalações destacam-se, “os apoios governamentais e o apoio a energias alternativas, mais sustentáveis”, sendo expressa a “motivação do tecido empresarial, no desenvolvimento dos novos mecanismos de financiamento (66,7%)”, refere o inquérito.

As empresas inquiridas salientaram também a necessidade de apoio ao financiamento por meio de investimento direto a taxa bonificada, ou taxa zero, e não através de crédito fiscal.

De modo a apoiar financeiramente a melhoria da eficiência energética dos edifícios, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) destina cerca de 610 milhões de euros em subvenções. Já a Estratégia de Longo Prazo para a Renovação dos Edifícios (ELPRE) prevê um investimento total estimado de 143 milhões de euros até 2050.

Ao inquérito responderem 138 entidades das diferentes regiões do país.